

O CONCEITO LEFEBVRIANO DE FORMA NO ESPAÇO RIBEIRINHO Um estudo sobre o bairro do Elesbão, em Santana (AP)

The lefebvrian concept of form in the riverside space
A study about the Elesbão neighborhood, at Santana (AP)
El concepto lefebvriano de la forma en el espacio ribereño
Un estudio sobre el barrio Elesbão, en Santana (AP)

Chrys de Araújo Oliveira, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-UFBA), arq.chrys@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo intenta compreender o conceito de forma de Henri Lefebvre vislumbrando a relação forma-conteúdo que se engendra na conformação de espaços urbanos, em especial quando se pensa em urbanidades amazônicas. Utiliza-se o estudo de caso no Bairro do Elesbão, em Santana (AP) para tensionar a hipótese de que as subjetividades amazônicas constroem diferentes territorialidades que, sobretudo, não se encaixam na dicotomia urbano e rural da disciplina do urbanismo, o que torna pertinente outro olhar para os espaços ribeirinhos. Assim, o desenvolvimento da pesquisa deu-se por análise do local a partir de visitas de campo e diálogos feitos com moradores locais, conjuntamente com a revisão bibliográfica conceitual que fundamenta a discussão abordada. Ademais, como resultado da pesquisa, tem-se que as diferenças urbanas entre o centro de Santana e o bairro do Elesbão estão para além da conformação espacial do local que nasce da beira do Rio Amazonas, mas em seus aspectos culturais, sociais e econômicos, e discuti-los é essencial para retirar das margens o debate sobre a Amazônia urbana.

Palavras-chave: território ribeirinho, Henri Lefebvre, Amazônia urbana, forma urbana.

Linha de Investigação:

B2_Os Desafios da Cidade e do Território no Século XXI: B2.2_Desigualdades urbanas e segregação socioespacial;

ABSTRACT

This article intends to understand Henri Lefebvre's concept of form, observing the form-content relationship that is engendered in the conformation of urban spaces, especially when thinking about Amazonian urbanities. The case study in the Elesbão neighborhood, in Santana (AP), is used to point the hypothesis that Amazonian subjectivities build different territorialities that, above all, do not fit into the urban and rural dichotomy of the discipline of urbanism, which makes it pertinent another view to the riverside spaces. Thus, the research occurred since the analysis of the place from field visits and dialogue with local residents, along with a bibliographic conceptual review that points the addressed discussion. In addition, as a result of the research, the urban differences between Santana's downtown and the Elesbão neighborhood is beyond the spatial conformation of the place that is born on the banks of the Amazon River, but in its cultural, social and economic aspects, and discussing them is essential to take the debate of the urban Amazon out of the margins.

Keywords: riverside territory, Henri Lefebvre, urban Amazon, urban form.

Linha de Investigação:

B2_The Challenges of the City and the Territory in the XXI Century – B2.2_Urban Inequality and Socio-Spatial Segregation;

RESUMEN

Este artículo pretende comprender el concepto de forma de Henri Lefebvre, vislumbrando la relación forma-contenido que se engendra en la conformación de los espacios urbanos, especialmente al pensar las urbanidades amazónicas. El estudio de caso en Bairro do Elesbão, en Santana (AP), se utiliza para subrayar la hipótesis de que las subjetividades amazónicas construyen territorialidades diferentes que, sobre todo, no encajan en la dicotomía urbano y rural de la disciplina del urbanismo, lo que hace pertinente otra mira los espacios ribereños. Así, la investigación se dio a partir del análisis del lugar a partir de visitas de campo y diálogo con los habitantes del lugar, junto con una revisión conceptual bibliográfica que orienta la discusión abordada. Además, como resultado de la investigación, las diferencias urbanas entre el centro de Santana y el barrio de Elesbão van más allá de la conformación espacial del lugar que nace a orillas del río Amazonas, sino en sus aspectos culturales, sociales y económicos, y discutirlos es fundamental para sacar de los márgenes el debate sobre la Amazonía urbana.

Palavras chave: território ribereño, Henri Lefebvre, Amazonía urbana, forma urbana.

Linha de Investigação:

B2_Los Retos de la Ciudad y el Territorio en el Siglo XXI – B2.2_Desigualdad Urbana y Segregación Socio-espacial;

1. Introdução

Tendencialmente, a discussão da ideia de território costuma tangenciar uma dicotomia no que diz respeito ao urbano e rural, de modo a homogeneizar a compreensão sobre formas legítimas de construir e viver o espaço ou, até mesmo, de se construir outras urbanidades, uma vez que o estudo hegemônico sobre território é pautado em formas específicas de fazer lugares, principalmente quando se vincula a ideia do urbano como espaço de desenvolvimento e rural como um local de atraso. Entretanto, esta dicotomia de compreensão retira e marginaliza o debate sobre espaços outros que precisam ser analisados por diferentes lentes, como os territórios ribeirinhos da Amazônia urbana.

O presente estudo visa, então, utilizar-se do conceito de “forma”, de Henri Lefebvre (2001), para contextualizar e apontar o espaço ribeirinho da Amazônia como o terceiro ponto que demonstra a pluralidade da discussão sobre território, que vai para além da compreensão dual entre urbano e rural. Melhor dizendo, a análise se depara com o bairro do Elesbão, localizado no município de Santana, no Amapá, extremo norte do Brasil, como um lugar que nasce e cresce espontaneamente da beira do Rio Amazonas e tem, com este ponto de partida, características que criam sua forma específica de se fazer o urbano.

Imageticamente, têm-se construções elevadas em palafitas sobre o rio – construídas predominantemente em madeira –, traçado orgânico, visto que as vias de acesso são feitas por pontes sinuosas sobre a água e tem-se a natureza como paisagem ao redor. Escolhe-se esse bairro como objeto de investigação uma vez que se encontra inserido no zoneamento urbano do município de Santana, mas tem uma forma específica consolidada que entra em contradição com as demais áreas urbanas da cidade, que se encaixam em um planejamento urbano tradicional, com traçado ortogonal, grandes edificações e setorização.

Nesse sentido, a compreensão Lefebvrina sobre a forma é contextualizada por meio da discussão e demonstração sobre a reciprocidade entre as relações de troca dentro da cidade, através de sua leitura entre a questão mental da forma, ou seja, o imaginário criado que atravessa o espaço ribeirinho, e a construção social que de fato existe no local (Lefebvre, 2001). Portanto, se analisa o espaço ribeirinho pelas lentes da forma de uma maneira dialógica e dialética, considerando forma e conteúdo específicos nessa simultaneidade urbana que ocorre no bairro do Elesbão, averiguando, também, as contradições urbanas ocorrentes no local.

Para apreender este contexto, o presente estudo objetiva utilizar o conceito de *forma* como parâmetro de análise, compreendendo o que é uma cidade urbana na Amazônia, ao mesmo tempo em que se elaboram os impactos de enxergar a urbanidade ribeirinha dentro da lógica dual de urbano e rural. Dito isto, tem-se como hipótese a ideia de que os estudos hegemônicos sobre o território perdem de vista as especificidades das cidades amazônicas, homogeneizando-as em vieses que colocam à margem formas urbanas plurais existentes na contemporaneidade. Ademais, esta investigação baseia-se em autores como Henri Lefebvre (2001), Milton Santos (1993) e Rogério Haesbaert (2018), que contribuem para a compreensão teórica sobre o território e sua forma, conjuntamente à análise empírica do espaço ribeirinho do Elesbão, que se fez por meio da pesquisa de campo e incursões antropológicas anteriormente feitas.

Como resultado da pesquisa, tem-se que as diferenças urbanas entre o centro de Santana e o bairro do Elesbão estão para além da conformação espacial do local, que se consolida espontânea e organicamente a partir da beira do rio, e mostra, também, divergências entre este cotidiano e o cotidiano do centro do município de Santana. Um exemplo é que o trabalho local no Elesbão é caracterizado por uma predominância de pescadores, assim como trabalhadores da construção naval, visto que a influência dos rios fez com que os moradores assentassem o saber empírico da construção de barcos. A alimentação dos moradores também provém da relação com o rio, com uma variedade de peixes, assim como a relação de trocas, comerciais ou não, se estabelece, inclusive, com as localidades das ilhas no outro lado do Rio Amazonas, já em território do Estado do Pará.

Destarte, ressalta-se que as especificidades encontradas no bairro do Elesbão se consolidam social, cultural, econômica e territorialmente em um espaço urbano, porém com características que se diferenciam do imaginário hegemônico da disciplina do urbanismo e, por isto, é essencial outra leitura de forma e conteúdo em relação às cidades amazônicas. Ademais, colocar a urbanidade amazônica em pauta contribui no enfrentamento à folclorização atribuída aos espaços ribeirinhos e tira da margem o debate sobre as cidades no norte do Brasil.

2. Modos hegemônicos de fazer territórios e o bairro do Elesbão

Sob a ótica da geografia, compreende-se que o território é um local situado, com delimitações, características e especificidades que constituem diferentes espaços e, portanto, como categoria de análise, fazem necessário verificar, também, recortes culturais, sociais e econômicos, além de sua constituição física e material enquanto espaço construído, a fim de saber o que o fundamenta.

Esta perspectiva de análise é trazida por Rogério Haesbaert (2018) de modo a apreender as concepções latino-americanas de se fazer um território e como, na prática, há uma multiplicidade de existências que vão para além dos conceitos e adentra questões histórico-geográficas de fazer territórios. Isto é, é este conjunto de fatores que se elaboram, na geografia, hierarquizações de espaços construídos que, socialmente, serão mais ou menos aceitos. Não obstante, fundamentam espaços hegemônicos e espaços marginalizados na discussão sobre territórios, sobretudo, dentro de uma dicotomia de urbano e rural existente.

Pensando nesta pluralidade, compreende-se que determinados lugares são colocados à margem nesta compreensão. Tem-se como exemplo, então, uma experiência urbana que, como hipótese desta pesquisa, não se encaixa na ótica dual de urbano e rural da geografia: o bairro do Elesbão, no município de Santana, no Amapá (Fig. 1).

Primeiramente, consideram-se dois planos de análise que visam entender a) o território como lugar físico delimitado e b) local que comporta as dimensões sociais, culturais e simbólicas que sua sociedade, em diferentes escalas, detém. Ambos os aspectos constituem o que Henri Lefebvre (2001) chama de conteúdo. Isto é, características que dão sentido à forma - que neste caso é territorial. Em segundo, se leva em consideração que este conteúdo se integra à forma e ao território uma vez que pode explicar os significados ambíguos que o sentido de território pode ter e, principalmente, quando se considera a leitura sobre o urbano na Amazônia. Portanto, o conteúdo é imprescindível para pontuar o que Haesbaert (2018) aponta como "territorialidades" ou, em outras palavras, este modo de fazer um local.



Fig. 1: Bairro do Elesbão. Fonte: acervo pessoal, 2022.

Pensam-se, então, as ambiguidades que o território pode ter, devido às construções simbólicas que demarcam uma comunidade e o sentido de pertencimento que um lugar pode engendrar (Haesbaert, 2018). Neste sentido, é possível vislumbrar diversas camadas de pertencimento em relação à comunidade que se localiza no bairro do Elesbão.

Situado no município de Santana, no Estado do Amapá, o Elesbão é um bairro formalizado pelo Plano Diretor Participativo do município, vigente desde 2006, juntamente com outros treze bairros que se subdividem em seis distritos. Contudo, o que cabe ressaltar é que o bairro supracitado corresponde ao distrito urbano de Santana, porém, vive um hibridismo entre o solo da cidade construída a partir de ideais do planejamento

urbano e sua constituição enquanto um lugar que cresce na beira do rio, o que faz o bairro ser concebido de uma forma diferente das demais partes da cidade. Dentre suas características, há uma predominância de habitações palafíticas, em madeira, que se elevam acima das águas e que, para além de elemento estruturante das habitações e componente paisagístico do local, a relação simbólica com o rio também se encontra na alimentação e cotidiano do trabalho da Vila – como os moradores chamam o bairro –, uma vez que é comum a existência de estaleiros no local, visto que a forte presença da carpintaria e construção naval na localidade.

Neste sentido, notam-se contradições sobre este território. Pelo zoneamento institucionalizado do Plano Diretor, o local é considerado urbano, porém em suas características físicas e simbólicas o local não corresponde ao restante da cidade, sobretudo, também não se caracteriza como rural, com relações baseadas em um sistema e cotidiano agrícola, como descreve Milton Santos (1993). Outra contradição encontrada é na própria demarcação institucional do bairro. No mapa abaixo, Fig. 2, pode-se verificar em verde os limites do bairro pelo zoneamento urbano, assim como o traçado ortogonal dos demais bairros de Santana, porém os moradores do Elesbão consideram o bairro apenas a região que chamam de “vila”, demarcado em azul no mapa. Em outras palavras, a vila, para os moradores, é onde se consolidam as relações sociais e subjetividades que formam o que consideram bairro, além de ser nesta região, situada nas margens do Rio Amazonas, que o local se consolida em sua forma orgânica e palafítica, o que demonstra a relação forma-conteúdo que Lefebvre (2001) aponta.



Fig. 2: Limites territoriais no Elesbão. Fonte: produzido pela autora, 2021.

De maneira igualmente pertinente, é possível notar através do mapa principalmente a organização ortogonal no planejamento territorial urbano do município de Santana, considerando os traçados retos, com hierarquização de vias, setorização dos bairros e outros aspectos do ordenamento, enquanto na região que abriga o bairro do Elesbão, a área encontra-se sem este arranjo e o centro do bairro, a Vila, se encontra às margens do rio, em uma relação diferente das demais áreas da cidade. Dessa conformação, nota-se a falta de diálogo entre modelos, o que coloca os povos de urbanidades amazônicas em um local ainda mais inferior em relação ao planejamento urbano. O povo nativo da região amazônica se vê sem a possibilidade de adentrar modelos urbanos trazidos por migrantes (fazendeiros de outras regiões do país, geralmente), uma vez que é seu habitat foi construído a partir da natureza. Isto é, as tecnologias construtivas da Amazônia, como as habitações palafíticas continuaram a ser construídas mesmo com a hegemonia de modelos, entretanto sem se desenvolverem de forma a acompanhar o crescimento harmônico das aglomerações urbanas. Pode-se dizer que pelo pouco incentivo de melhoria destas habitações e modo de vida na beira do rio, que dialogue com o habitat e tecnologia construtiva que já era costume (CARDOSO, LIMA; 2006).

Em síntese, há diferentes formas e conteúdos para um mesmo município, em que se constroem diferentes territorialidades e, portanto, reitera-se que a relação forma e conteúdo são dois conceitos que não se dissociam e servem para explicar a construção destas duas urbanidades – um urbano formalizado e um urbano dito ribeirinho. Como Lefebvre (2001) demonstra, forma e conteúdo não podem ser trabalhadas separadamente, uma vez que ter a leitura das subjetividades e simbolismos que tangenciam uma coletividade é essencial para se verificar as representações específicas que se espacializam em um lugar físico. E é neste sentido que se vislumbra o bairro do Elesbão.

Levanta-se esta relação forma-conteúdo para que seja uma chave de leitura que contemple além do hegemônico, pois nota-se que o território normativo e forma institucionalizada de fazer o urbano, comumente existem em conjunto com relações de poder, seja político, militar, econômico, pois são estes os meios que legitimam perante a sociedade uma territorialidade que, em determinados momentos, pode ocultar relações sociais já existentes em um lugar, como o caso do Elesbão que cresce espontaneamente sem planejamento institucional ou formalizado e é constantemente marginalizado. Não obstante, como aponta Marcelo Lopes de Souza (1995), a ideia de território, assim como a ideia de desenvolvimento brasileiro, surge, se entrelaça e se consolida por vias autoritárias em uma relação entre Estado, espaço físico e área brasileira, de modo a se fazer acreditar em uma unidade nacional constituída sob noções de controle que se desvinculam da ideia de territorialidade, que se constrói no seio das subjetividades de uma sociedade, diferentemente do territorialismo outrora vigente, que gerenciou demarcações impostas.

Nesta perspectiva, aponta-se que desta forma se constrói um olhar colonizador sobre as urbanidades amazônicas, como aponta Haesbaert (2018) ao se pensar o Brasil com “olhos de fora”, um olhar colonizado, perdendo-se as potencialidades internas e, também, a noção de que o território brasileiro e suas territorialidades diversas são capazes de se desenvolver a sua própria maneira. É neste sentido que os moradores do Elesbão subvertem esta percepção, para além dos modos de grafar, em sentido físico-geográfico que delimita o recorte territorial do bairro, os fatores simbólicos também permeiam o cotidiano dos moradores, construindo aquele espaço e criando sua própria urbanidade.

Porém, a urbanidade amazônica é constantemente enxergada sob um olhar místico e folclorizado, uma vez que, sob olhares desenvolvimentistas, a região foi estigmatizada enquanto periférica, primitiva e atrasada. O ambiente ribeirinho, para não dizer urbanidade amazônica, demonstra, então, uma forma não hegemônica de construir o espaço de habitar, o que o acomoda no imaginário ocidentalizado como um local incapaz de adentrar as noções de “desenvolvimento” impetradas nos modelos “modernos” de cidades. Ademais, apenas nas últimas décadas, a partir dos anos de 1990, que se passou a indagar quais as lógicas por trás das características que posicionam o habitat ribeirinho-amazônico fora da esfera de discussão enquanto uma forma urbana legítima (Quijano, 2005).

Corroborando com esta ideia, a forma urbana na Amazônia acaba sendo vista como atrasada ou subdesenvolvida, também, pois, a partir do século XX, com as concepções de um urbano pautado no movimento moderno, de cunho centrado na Europa, se consolidou o pensamento sobre um tipo ideal de cidades. Caracterizadas pelo ordenamento espacial, arranha-céus, grandes vias para automóveis, além das tipologias arquitetônicas sugeridas para edificações, as cidades modernas passaram a ser modelo, assim como o urbanismo moderno passou a ser disciplina, legitimando o modo de fazer o urbano que se mantém, em novas formulações, até os dias atuais (Sampaio, 2001).

Como aponta Sampaio, “até o meado do século XX, prevalecia entre os modernistas a noção de que construir a sociedade do futuro era um paradigma que implicava numa ruptura em dois níveis: a) com as estruturas sociais, econômicas e políticas; e b) com as organizações espaciais tradicionais (Sampaio, 2001, p. 29). Tendo isto em vista, compreende-se como se fundamenta a noção de que outros modos de fazer urbano sejam, atualmente, relegados à margem da discussão, adentrando a ideia dicotômica de cidades atrasadas e cidades desenvolvidas. Portanto, se torna fundamental retomar o debate que tangencia as comunidades ribeirinhas e as urbanidades da beira do rio.

3. A forma como imaginário sobre urbanidades

Na intenção de vislumbrar como se consolidam os diversos imaginários sobre o espaço urbano, tem-se o conceito de forma como norteador deste objetivo. Entretanto, é necessário entender que, por conter diferentes significados, o termo forma acabou por ser esvaziado em seu contexto em relação às cidades, acarretando em uma ambiguidade que Henri Lefebvre (2001) se propôs a explicar e é, neste sentido, trazido para esta pesquisa.

Para além de seu sentido polissêmico, entende-se que “forma” se constrói em uma relação dialética, fundamentada no compromisso recíproco entre duas partes de entendimento: o real e o imaginado (Lefebvre, 2001). Desta questão, compreende-se que estes dois sentidos foram historicamente construídos por teóricos e urbanistas, compreendendo o urbano pelas lentes da cidade moderna. Isto é, erigida pelas concepções formais da construção do urbano, comportando o conteúdo de desenvolvimento tecnológico e material das cidades, muito difundido, principalmente, no século XX (Sampaio, 2001).

O imaginário e real do século XX, em que havia toda uma discussão reformista sobre as cidades, passou a compreender o urbano dentro de um processo patológico que precisava superar a cidade-real com uma ideal, sem problemas ou contradições, gerando então a aproximação do urbanismo com o estudo de concepções espaciais e de ordenamento, principalmente a partir dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAMs (Sampaio, 2001); neste sentido, se consolidam concepções que até hoje são hegemônicas na maneira de se construir o espaço e formas urbanas e que mantêm as urbanidades amazônicas como incapazes de superar suas condições e chegarem ao campo do “ideal”.

Enfim, após este século de proposições sobre como seriam as cidades ideais, chega-se ao século XXI com ideias do urbano construídas sob as concepções do moderno. Entretanto, nem todas se consolidam assim, pois a forma atende aos diversos conteúdos possíveis. Em outras palavras, o período moderno exigia que se pensasse a cidade de determinada maneira, pois a sociedade deste tempo demandava mudanças na organização das cidades, assim como nos dias atuais, a sociedade vigente necessita de outras maneiras de pensar o urbano, com os problemas e questionamentos que existem na atualidade.

Desta maneira, o conteúdo de uma sociedade dá a forma ao espaço e, por isto, não se pode homogeneizar a concepção dos espaços urbanos como anteriormente feito nas cidades modernas. Pensando neste conteúdo, escolhe-se o urbano na Amazônia como recorte de análise. Uma vez que se entende que as cidades amazônicas, em seu desenvolvimento “subalterno”, como colocado por alguns autores como Porto-Gonçalves (2015), se consolidaram de uma maneira periférica em relação a outras regiões do Brasil, invisibilizados dentro do grande sistema capitalista, além de periféricos em uma relação civilizatória que não visa compreender os modos de vida das comunidades tradicionais e povos da região amazônica, sendo urbanos ou não.

Essa periferação das sociedades tradicionais acerca deste diálogo é fundamentada por parâmetros que se constroem na hierarquização de classes sociais, sobretudo na relação global da atualidade. Não obstante, a relação com o território amazônico acaba sendo vista por uma ótica extrativista e um lugar de reserva de recursos que visa atender o desenvolvimento de regiões outras que não são as da própria Amazônia (Porto-Gonçalves, 2015).

Essa relação extrativista, com todo seu cunho colonial, adentra noções desenvolvimentistas que relegaram um espaço marginal à compreensão do urbano da região Norte do país, o que inspira este artigo a entender, assim, como se consolidam as cidades amazônicas e sob qual forma se apresentam. Como colocado, pergunta-se, então, qual o conteúdo que constrói o espaço urbano na Amazônia? E, qual a influência do conteúdo na forma urbana de um bairro que nasce da beira do rio?

Considerar que algumas localidades da região Amazônica se consolidam de uma maneira específica não quer dizer que há uma anomia, desorganização, em sua forma – no sentido comparativo com locais com urbanidades formalizadas pelo planejamento urbano moderno. Muito pelo contrário, são decorrentes do conteúdo, enquanto relações sócioespaciais, que se consolidam nos espaços ribeirinhos. Logo, a forma tem suas características que não poderiam ser diferentes.

Na Fig. 3, as características do bairro do Elesbão se mostram notáveis. A ponte de madeira como via de acesso, edificações palafíticas em madeira – elevadas considerando a maré do Rio Amazonas que, em determinados horários do dia, enche –, a vegetação local preenchendo o ambiente. Estes são aspectos que tangenciam o cotidiano local e determinam sua forma física, uma vez que se considera o nascimento e crescimento do bairro a partir do Rio Amazonas, em uma área alagada, de solo úmido e que, também, se consolidou como uma área periférica de Santana (AP), em comparação com os demais bairros da cidade, que se encontram ao centro do município.



Fig. 3: Características do bairro. Fonte: acervo pessoal, 2022.

Como a imagem demonstra (Fig. 3), para além de esta ser uma configuração espacial possível para o local, essas características também se consolidaram como imaginário da Amazônia ribeirinha e de urbanidades que se consolidam a partir de alagados. Como coloca Lefebvre (2001), esta seria a “ideia mental” da imagem da Amazônia ribeirinha, constituída por elementos em um conjunto, porém, o que se aponta aqui é, também, o esvaziamento do porquê de esta urbanidade ser como é e sua dissociação de seu conteúdo social. Ademais, sob esta construção imagética da Amazônia é que se consolida a ideia de atraso desta urbanidade, pois se marginaliza a possibilidade de vida na beira do rio como uma urbanidade legítima, por vezes compreendida até como rural. E por isto mesmo, este espaço é a chave de leitura do presente estudo. Uma vez que o conteúdo da Amazônia urbana continua a ser pouco discutida, senão para questionar e pontuar as formas de desenvolvimento em relação ao restante do país, como se tem nos estudos de Bertha Becker (2005), por exemplo, que trazem de maneira geográfica e econômica as relações de poder que a Amazônia se encaixa.

4. Dicotomias entre urbano e rural na Amazônia

Após averiguar como o conceito de forma se estabelece em relação ao território e às conformações urbanas, é necessário compreender que inúmeras questões permeiam a Amazônia, desde períodos longínquos onde as disputas territoriais e expansão dos limites geográficos brasileiros se faziam presentes, até seu desenvolvimento econômico a partir da exploração de matérias-primas, além do que tange a cultura da região norte do Brasil, onde se localiza a maior parte da floresta Amazônica.

Ressalta-se que a Amazônia ainda é pensada como um lugar de exploração; seja de minério, madeira, agropecuária, mas nota-se que o retorno monetário não atinge os moradores nativos da região. Assim como vários e diferentes governos incentivaram diferentes demandas exploratórias no território, compondo uma falta de coesão e diálogo sobre as reais necessidades observadas nesses locais, além da pouca melhoria da qualidade de vida de quem ali reside, gerando, como apontam Cardoso e Lima (2006), locais sem infraestruturas ou capacidade administrativa, além de polarizações econômicas, culturais, políticas e socioambientais.

Ademais, o capital internacional quando entra na Amazônia em prol da exploração, além de não gerar o retorno às comunidades, criam um imaginário de que as medidas de compensação adotadas para justificar explorações são suficientes para suprir as demandas da população ou são satisfatórias para quem foi retirado desses locais ou atingido pelas mudanças feitas para que fosse possível que essas multinacionais adentrassem os territórios de floresta. Nesse sentido, acabam por não favorecer os agricultores locais, que tem nos pequenos cultivos sua subsistência (CARDOSO, LIMA; 2006).

Dito isso, essas noções exploratórias na Amazônia reverberam no urbano. Logo, cabe aqui apontar as estruturas de poder que colocam a Amazônia longe do campo de discussão da realidade vigente, e compõem

o cenário dual apenas de urbano e rural, quando há necessidade de outra chave de leitura, que permita compreender a Amazônia urbana e suas formas específicas de construir urbanidades, pois, é notório que a Amazônia constrói-se sob uma imagem de subdesenvolvimento, ou desenvolvimento tardio, como aponta Bertha Becker (2005:72) que:

Com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas para seu desenvolvimento.

A crítica que se coloca em questão é que este desenvolvimento continua a ser feito de fora para dentro, construído externamente à Amazônia e colocando moldes exógenos nas configurações já existentes na região. Isto, sobretudo, também respinga nas conformações urbanas da Amazônia, que tendem tentar adaptar-se aos contextos externos, ignorando suas próprias potencialidades.

Becker (2005) aponta as modificações estruturais da região amazônica urbanizando-se para além das redes fluviais, mas ao longo das rodovias, o que gerou uma movimentação demográfica com migrações e necessidade de mobilidade espacial. Nesse sentido, a autora passa a chamar a Amazônia, desde os anos de 1980, de “floresta urbanizada”.

Ocorre que, ao fazer isto, se tornam homogêneas as conformações espaciais amazônicas e se retira o conteúdo, como Henri Lefebvre (2001) afirma. Conteúdo este gerado pelas relações sociais e construções culturais que dão forma ao local. Por isto, compreende-se a necessidade de entender a urbanidade encontrada no Elesbão. Por meio do recorte escolhido, o bairro do Elesbão, é possível compreender como algumas noções sobre desenvolvimento e território acabam por não acompanhar o que está *in loco*.

Um exemplo disso é quando se enxerga uma urbanidade amazônica apenas pela ótica dicotômica entre urbano x rural. Isto é, como aponta Milton Santos (1993), trata-se para além do urbano e rural, de uma divisão dual entre espaços urbanos e espaços agrícolas, e esta relação vem, ao longo do tempo, se tornando cada vez mais conjuntas, o que demanda dizer que esta dualidade conceitual não se encaixa na compreensão de novas configurações territoriais ou das configurações chamadas “tradicionais”, como os espaços ribeirinhos que engendram uma relação urbana envolta à natureza, por exemplo, porém não é agrícola.

O autor aponta as regiões metropolitanas para estas configurações de coexistência do urbano e rural, ou agrícola, porém coloca-se que o mesmo ocorre no bairro do Elesbão, entretanto, se aposta na compreensão de uma diferente urbanidade uma vez que, como o autor demonstra, as demandas deste “mundo rural” são qualitativa e quantitativamente menores, visto que os níveis de renda são mais baixos, fazendo com que se diferencie da dicotomia rural-urbano e se aproxime de um cotidiano de relações tradicionais (Santos, 1993).

É neste sentido que as comunidades tradicionais e espaços ribeirinhos conseguem demonstrar a necessidade de uma terceira via de compreensão, sobretudo na Amazônia urbana, que oferece diferentes tipos de territorialidades que não se encaixam no urbano e, também, se distanciam da ideia do rural.

5. Considerações finais

Construída sob uma égide dicotômica entre urbano e o rural, a disciplina do urbanismo tende a flexionar as urbanidades entre esses dois conceitos, deixando de lado outras territorialidades que podem ser exploradas no vasto território brasileiro.

Como colocado ao longo deste artigo, pensa-se como as formas urbanas podem se mostrar diferentes entre si quando se considera os distintos conteúdos que as constituem como cidade. Isto é, ao se pensar as relações sociais, o pertencimento e condicionantes culturais, econômicos, políticos e físicos de um lugar, consegue-se vislumbrar as razões de determinado lugar ser como é.

Neste estudo colocou-se em foco uma urbanidade Amazônica localizada no extremo norte do país e sua conformação territorial que, sobretudo, mostra-se singular e divergente em relação às construções urbanas consolidadas pelo planejamento formal de cidades modernas. Em outras palavras, o bairro do Elesbão constrói sua conformação territorial a partir das margens do Rio Amazonas, de forma orgânica e adaptada às condições físicas do local, perpassando desde o cenário de espaço urbano de alagado às condições econômicas que propiciam que as edificações da região sejam palafíticas e em madeira. Ademais, o bairro

demonstra como em uma única cidade, regida pelo mesmo Plano Diretor, pode engendrar uma diferente territorialidade.

Não cabe neste artigo imputar juízos de valor ou hierarquizar diferentes urbanidades, mas cabe enfatizar a importância de se pensar para além da perspectiva dual de urbano e rural, constantemente utilizados como conceitos chave para a leitura de espaços urbanizados, mas que acabam por não comportar algumas territorialidades, como neste estudo nota-se que esses termos não são suficientes para ler as urbanidades amazônicas.

Ademais, as experiências das urbanidades amazônicas conseguem exemplificar a necessidade de expandir a discussão sobre as diferentes maneiras de construir espaços urbanos. Sobretudo, utilizar a Amazônia urbana como recorte corrobora a tensionar conceitos que devem continuar sendo debatidos por esta perspectiva, como o de forma, de Henri Lefebvre (2001), territorialidade e territórios pelo campo da geografia (Haesbaert, 2018) e avançar o debate para retirar das margens estas urbanidades que costumam a ser colocadas em um campo inferior na discussão disciplinar do urbanismo. Enfim, assim será possível superar hierarquizações anteriormente criadas sobre a ideia de cidade.

Referências

- Becker, B. K. (2005). Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, 9(53), 71-86. 7 abr. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>
- Cardoso, A. C. D., & Lima, J. J. F. (2006). Tipologias e padrões de ocupação na Amazônia Oriental. In A. Cardoso (Ed.), *O urbano e o rural na Amazônia* (pp. 55-110). Belém: EdUfpa.
- Haesbaert, R. (2018). De categoria de análise a categoria da prática: a multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana. In F. Fridman, L. Gennari & S. Lencioni (eds.), *Políticas públicas e territórios: onze ensaios latino-americanos*. 267-288.
- Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2015). Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 107, 219-235.
- Quijano, A. (2005). A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas*. 227-278.
- Sampaio, A. H. (2001). *(Outras) Cartas de Atenas. Com textos originais*. Salvador: Quarteto Editora/PPG-AU.
- Santos, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- Souza, M. L. de. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. Castro, I. et. al. (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. (77-116). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.